

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.799 - SP (2014/0007666-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA FACCHINA PODVAL E
OUTRO(S) - SP103317
RECORRIDO : AUTOMECCOMÉRCIO DE VEÍCULOS NOVOS E USADOS
LTDA
ADVOGADO : PEDRO JOSÉ SISTERNAS FIORENZO - SP097721

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado de São Paulo** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 301):

Mandado de Segurança - Pretensão da ausência de transferência para a empresa de veículo comprado para posterior venda - Aplicação do art. 123, I, do CTB - Segurança denegada - Recurso provido.

A parte recorrente aponta violação ao art. 123, I, do CTB. Sustenta que a transferência de propriedade de veículo automotor enseja a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo (CRV), cabendo ao novo proprietário a obrigação de requerer a providência perante o órgão de trânsito. Acrescenta que a Portaria Detran n. 1605/2005 "*extrapolou a sua esfera de competência, além do que previsto no Código de Trânsito Brasileiro*", razão pela qual "*não poderia produzir efeitos jurídicos, muito menos gerar direito a tratamento desigual ou privilegiado, como o que ocorria com as revendedoras e concessionárias de veículo.*" (fl. 315).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso, nos termos assim resumidos (fl. 374):

Processual Civil. Administrativo. Código de Trânsito Brasileiro (CTB). RECURSO ESPECIAL. Transferência de propriedade de veículo. Expedição de novo Certificado de Registro. Obrigatoriedade. Artigo 123, inciso I, do CTB. Precedentes do STJ.

Parecer pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu provimento.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Ao dirimir a controvérsia, a Corte local consignou (fls. 301/302):

O recurso comporta provimento e assim se decide porque, está evidente a abusividade contida na circular do Detran 736/2010, que exige a transferência das concessionárias que recebem e vendem veículos usados.

O controle exercido pelos Detrans afetam os veículos colocados em circulação, não podendo invadir o setor atinente à venda de veículos novos ou as revendas que são levadas a efeito enquanto o auto permanece parado na concessionária.

Alias, para veículo que não se encontra circulando sequer se pode exigir cadastro, ou placas.

Desta forma, o art. 123, I do CTB, deve ser analisado nesse contexto, sem interpretação que extrapole os limites de vigilância e controle que são impostos aos Detrans.

Quanto à alegação de afronta ao art. 123, I, do CTB, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos da Circular Detran n. 736/2010, ato normativo que não se enquadra no conceito de "*tratado ou lei federal*" de que cuida o art. 105, III, *a*, da CF. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: **AgRg no Ag 1.203.675/PE**, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 10/3/2010; e **AgRg no REsp 1.040.345/RS**, Primeira Turma, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe 9/2/2010.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

